

A COSMOGONIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A TRANSCEDÊNCIA DA ARTE: A DISCURSIVIDADE EM PAULO FREIRE E MIKHAIL BAKHTIN

Leonardo Alonso dos Santos¹

RESUMO: No Estado Democrático, a promoção dos Direitos Humanos torna-se fulcral frente ao padrão racionalista e positivista que esquadria um mundo aparentemente mais apto às necessidades humanas, sendo o paradigma interpretativo confrontado pela expressividade e aumento da complexidade social. Em razão disso, segundo Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), e Mikhail Bakhtin, em *Estética da Criação Verbal* (2013) torna-se oportuno o percurso responsivo consubstanciado na *maieutica* e na Natureza dialógica. Destarte, no espaço (*eco*) constituído por diversos sistemas interligados (macrossistema), objetiva-se apontar uma série de análises comparativas entre as diversas Artes – literária, econômica e da vida – (*Ecomacrossistema*), a fim de promover, consolidar, fortalecer e desenvolver aquilo que é essencialmente humano: a transcendência – “ir além” pela reflexão e/ou contemplação.

Palavras-chave: Estado Democrático. Direitos Humanos. Literatura. Arte. Transcendência. *Ecomacrossistema*. Pedagogia Social.

ABSTRACT: In the Democratic State, the promotion of Human Rights becomes central front rationalist and positivist pattern that frames a world that is apparently more apt to human needs, with the interpretive paradigm being confronted by expressiveness and increased social complexity. For this reason, according to Paulo Freire, in *Pedagogy of the Oppressed* (1987), and Mikhail Bakhtin, in *Aesthetics of Verbal Creation* (2013), the responsive path embodied in *maieutics* and dialogical Nature becomes opportune. Thus, in the space (*eco*) constituted by several interconnected systems (macrosystem), the objective is to point out a series of comparative analyzes between the various Arts - literary, economic and life - (*Ecomacrosystem*), in order to promote, consolidate, strengthen and develop what is essentially human: transcendence - “going beyond” through reflection and/or contemplation.

Keywords: Democratic State. Human rights. Literature. Art. Transcendence. *Ecomacrosystem*. Social Pedagogy.

¹ Professor da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil, no curso de Especialização em Pedagogia Social para o Século XXI, na área de Metodologia da Pesquisa em Pedagogia Social, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I a III, e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é desenvolvido a partir de reflexões realizadas acerca dos estudos sobre a Administração Pública Gerencial e a Ética que permeia as relações sociais, sobretudo na esfera das Artes – literária, econômica e da vida –, e a pesquisa sobre os Direitos Humanos e cultura literária junto à UFF, onde busco os mecanismos de superação e as formas de resistência diante das arbitrariedades do Estado.

Primeiramente, rememoro às aulas de Literatura(s) Brasileira(s), na UFF, ministrada pela Professora Doutora Claudete Daflon, em meados de 2011, detidamente a primeira, na qual ela chama os alunos para se apresentarem sumariamente, e, em síntese, responder uma simples pergunta – talvez, nem tanto: “*O que seria a arte?*” Diversas respostas e reações foram expostas, inclusive a minha, que, no momento, afirmei: “A arte, sobretudo, a literatura tem a função social de resistência”. Muitos alunos pensaram que eu estava respondendo o objetivo da arte, e não aquilo que provavelmente ela seria. De fato, eles tiveram razão.

Após alguns anos, tive a oportunidade de estudar a arte egípcia, romana e grega, na Especialização em Latim, da UFF, bem como a arte africana, no Mestrado em Literatura Portuguesa e Africanas, da UFF. Não obstante, desenvolvi um cabedal amplo a partir do interesse e do estímulo da Professora Doutora Claudete, através da apresentação ou indicação de filmes e fotografias.

Em 2021, a questão novamente se apresenta: “*O que seria a arte?*”. Bem, penso que duas vertentes devem ser contempladas: i) a **perspectiva subjetiva**; e, ii) a **perspectiva objetiva**. A primeira, trata-se da conceituação de um instituto, que, apresentando tal faceta pode assinalar e contemplar qualquer elemento *prima facie* exteriorizado que a capacidade cognitiva pode assimilar e que o artista pode se expressar, tais como: a forma, o tempo, o espaço, a matéria etc. Por sua vez, a segunda representa o objetivo da arte, isto é, vê-se o fim daquele instituto, e não meramente proposições de caráter ontológico.

Ainda que tais perspectivas sejam distintas, elas apresentam um elemento em comum, qual seja, a limitação epistemológica que nos é imposta pela própria incapacidade intelectual do ser humano e a incompreensão do meio-ambiente, que se apresenta muito mais complexo do que a vontade direcionada a apreensão do mesmo. Nesse afã, rememoro a minha resposta em 2011 – no aqui-agora – para, humildemente, tentar responder a pergunta supracitada – “*O que seria a arte?*”: transcendência – “ir além” pela reflexão e/ou contemplação.

Não obstante, sob a perspectiva objetiva podemos assinalar a função social da arte, sobretudo a literária, para determinados interesses temáticos, com o fito de valorização dos Direitos Humanos. Tem-se, como exemplo, a poética literária sendo utilizada como um instrumento de redução de conflitos em escolas públicas, onde tive a oportunidade de participar em razão do Projeto de Iniciação à Docência, da UFF, bem como o fomento dos Direitos Humanos, especialmente o Acesso à Informação, no Pré-Vestibular Social Jairo Salles, localizado no LICEU NILO PEÇANHA, em Niterói.

A pós-modernidade é um período de incertezas e crises, a qual potencializa a abertura às concepções de “segurança” em detrimento da liberdade. Nesse afã, a ciência pós-moderna – aqui situado as Artes – literária, econômica e da vida – recebe a incumbência de romper com o paradigma clássico. Faz-se fundamental estabelecer o diálogo entre a função social da arte literária e as relações socioambientais com a temática por mim pesquisada, buscando aproximações, conexões e principalmente, o soerguimento de uma atitude reflexiva que possibilite uma práxis artística que potencialize a atuação do Educador.

Sinto-me desafiado ao exercício de pôr em diálogo o conceito das *epistemologias do sul* (SANTOS, 2006), com a temática por mim pesquisada, buscando aproximações e conexões, a fim de estabelecer atitude reflexiva que possibilite uma práxis artística que contribua para potencializar a relação entre Educação e Direitos Humanos, pois entendo ser impossível falar de uma área do conhecimento sem o envolvimento de outra. Ambas fazem parte de uma mesma realidade, interagem, se criam e recriam *no e pelo* cotidiano, ou seja, a Educação e os Direitos Humanos se constituem no espaço, denominado por mim, como *Ecomacrossistema*², o qual não se delimita por um território predeterminado composto por elementos protagonistas e antagonista que convivem harmonicamente de modo fechado às influências exteriores – conceitos propriamente da Física e da Matemática –, mas sim na coerência *interssistêmica* que modaliza um lugar compartilhado e transcendente – “ir além” –, tal como ocorre nos Corredores Ecológicos³ que permitem o fluxo gênico entre as diversas espécies da fauna e da flora, e, por consequência, a recolonização da área violentada.

Ao seu turno, sob os auspícios da arte literária, o discurso permite mutação de sistemas fechados, através da narrativa em experiência prática, seja pelos aconselhamentos diretos ou ensinamentos metafóricos (v.g. mitos, lendas etc.), bem como pelo processo de metaforização, constituem um sentido funcional ao plano do discurso, como um Corredor Isotópico

² Expressão cunhada por mim, a qual denota um espaço sem fronteiras existências e exógenas.

³ Vide: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28538-o-que-sao-corredores-ecologicos/>. Acesso em 26 de maio 2021.

(BAKHTIN, 2013, p. 315) que irradia as práticas socioculturais de uma determinada comunidade, que, ao seu turno, encontra-se em constante transformação pelo fluxo discursivo que transcende um ecossistema (lugar fechado), para dialogar com diversas fontes pertencentes ao *Ecomacrossistema*.

A ARTE LITERÁRIA, ECONÔMICA E DA VIDA

A arte pode ser compreendida como a percepção de um fenômeno transcendente que permite a reflexão e/ou contemplação de determinado elemento exógeno. Por isso, têm-se múltiplos espectros da representação artísticas, tais como nas obras literárias e críticas, nas iconografias, bem como na própria Natureza, *per si*. Citam-se, como exemplos, *A Arte da Guerra* (século IV a.C.), de Sun Tzu, *A Arte Cavalheiresca do Arqueiro Zen* (1948), Eugen Herrigel, *A Arte da Vida* (2008), de Zygmunt Bauman, *A Arte de Amar* (1956), de Erich Fromm, bem como a arte de iludir com números, tão vivaz, por exemplo, nas estatísticas e nos resultados econômicos, que, nos termos do Professor Abraham Sicsú, do Departamento de Informática e Métodos Quantitativos, da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, pode ser compreendida como: “a arte de torturar os números até que eles confessem”⁴. Nesse afã, Charles Seife, matemático e jornalista, autor do livro *Os Números (não) Mentem: como a Matemática pode ser usada para enganar* (2012), utiliza o termo *Proofiness* para representar: “a arte de usar números para provar algo que você sabe que é verdadeiro mesmo quando não é”⁵.

Inclusive, um fenômeno tão latente no período de isolamento domiciliar é a violência doméstica. No artigo *Entre o passado e futuro: o que a literatura rodrigueana nos ensina sobre a violência doméstica?*⁶ (2020), tem-se a trajetória da violência doméstica e familiar contra a mulher a partir da obra de Nelson Rodrigues até os dias atuais, evidenciando-se uma dicotomia através da “arte dos números”, no período da Covid-19: i) jornal *O Globo* - aumento da violência doméstica em 50%, no período da quarentena (março-maio/2020), no Estado do Rio de Janeiro – indicada a fonte, mas não fora encontrada até o dia em que ocorreu a publicação do artigo; ii) Organização das Nações Unidas – significativa diminuição de

⁴Vide: <https://super.abril.com.br/cultura/6-razoes-para-acreditar-que-estatistica-e-a-profissao-do-futuro/#:~:text=%E2%80%9CA%20estat%C3%ADstica%20%C3%A9%20a%20arte,h%C3%A1%20necessidade%20de%20um%20estat>. Acesso em: 30 de maio 2021.

⁵Vide: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI181063-17933,00-OS+NUMEROS+MENTEM.html>. Acesso em: 30 de maio 2021.

⁶ Vide: <<http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/247>>. Acesso em: 30 maio 2021.

aproximadamente 46%, no Estado do Rio de Janeiro. De toda sorte, o mais importante é a efetiva proteção dos Direitos Humanos através da efetiva concretização pela cidadania ativa, especialmente pela denúncia.

No tocante à relação espaço e tempo, é cediço que a teoria da relatividade transformou intensamente a visão do mundo, e refletiu seus ditames na produção e na análise da arte, especialmente a literária. Na narrativa, por exemplo, o conceito de espaço e tempo passaram a constituir o chamado *continuum*; na instância comunicativa, Bakhtin destaca um novo espaço-tempo, isto é, a emergência de um cronotopo: [...] aqui o homem não apenas se revela exteriormente como se torna, pela primeira vez, aquilo que é, repetimos, não só para os outros, mas também para si mesmo. Ser significa comunicar-se pelo diálogo. (BAKHTIN, 2013, p. 292-293).

O ser humano adquiriu o privilégio de estabelecer a comunicação com outros e de refletir sobre a sociedade, e sobre si mesmo, sendo que as primeiras manifestações de conhecimento linguístico ocorreram através da observação, do erro e da tentativa, por meio dos diversos métodos, atendendo a uma necessidade de sobrevivência. Percebe-se que os primeiros modos de ensino-aprendizagem estabeleceu-se através da imitação, pois a linguagem falada e escrita só surgiram em um período histórico recente da evolução humana.

Destaca-se, aqui, a filosofia moderna, a partir do século XVII até meados do século XVIII. Esse período é marcado pelo intenso racionalismo clássico, caracterizado por três novas perspectivas, quais sejam: i) a filosofia como fonte para questionamentos sobre a capacidade cognitiva do homem; ii) o objeto de conhecimento passa a ser a representação do mundo exterior através de conceitos formulados, tais como a Natureza, a vida social e a política; iii) a realidade começa a ser compreendida como um sistema de causalidades racionais que podem ser experimentadas e apropriadas pelo homem. Nesse sentido, para Boaventura de Sousa Santos, ocorre a separação do discurso científico em relação ao discurso do senso comum:

O distanciamento e a estranheza do discurso científico em relação, por exemplo, ao discurso do senso comum, ao discurso estético ou ao discurso religioso estão inscritos na matriz da ciência moderna, adquiriram expressão filosófica a partir do século XVII com Bacon, Locke, Hobbes e Descartes e não tem cessado de se aprofundar como parte integrante do processo de desenvolvimento da ciência. (SANTOS, 1989, p. 12)

Destarte, a Ciência surge como exercício de poder sobre a natureza, afastando-se de uma ótica contemplativa. Esse domínio resulta com o escopo econômico, através da criação de métodos úteis a proporcionar o aumento da produção, bem como estruturação e o desenvolvimento de novas tecnologias capazes de gerar riquezas e acúmulo de capitais.

A ARTE DA LIBERDADE E DA NATUREZA

A clássica imagem do encontro de cidadãos – a *ágora* – é substituída por um espaço que permita a privacidade dos indivíduos isolados, com diversos saberes fragmentados, especializados, mediados por outros saberes externo cuja compreensão lhes escapa. Por isso, a arte literária e a arte econômica não são apenas instrumentos hábeis na comunicação aos outros de um evento ou de um estado, como também representa a própria capacidade de organizar a experiência de vida e torná-la parte do mundo comum de significações, de vínculos e de laços interpessoais que ressoam em múltiplos sistemas organizacionais jungidos pela arte da liberdade e pela arte da natureza.

Nesse afã, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), afirma que a liberdade é muito mais do que um direito plasmado em um documento formal, sendo para ele o soerguimento de ideias e concepções que ocorrem pela procedimentalização do elemento exógeno em um elemento de aproximação e imanência do ser: “Jogo artificioso de palavras em que aparece ou pretende aparecer como o que defende a liberdade e não como o que a teme”. (FREIRE, 1987, p. 24)

O predomínio da técnica faz-se à custa do controle reflexivo e da sabedoria oriunda da experiência, gerando a alienação dos homens (QUIJANO, 2005, p.118). A narrativa oral ou escrita, tal como a produção do artesão, sempre se nutriu da experiência que vem de longe, ou das experiências de quem conhece a história e a tradição da pátria; embora a narrativa seja atualizada através do narrador – situado no aqui e agora – não se pode olvidar que ela deita as raízes no saber coletivo, que se entrelaçam com as diversas histórias de outros narradores.

O espaço escolar que deveria representar para a criança um espaço de crescimento, promoção e realização, encontra-se atualmente corroída pela sua proposta educacional disjuntiva. Segundo Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em *A Reprodução* (2009), violência simbólica é uma fonte de violência na medida em que se traduz pela dissimulação, singeleza e por ser subliminar, inclusive no espaço da educação formal escolarizada:

Deste modo, toda a **cultura escolar** é necessariamente rotinizada, homogeneizada e ritualizada. Os exercícios repetidores são estereotipados e têm como finalidade a **criação de *habitus***. Todo *habitus* a inculcar, seja ele conservador ou revolucionário, engendra um trabalho escolar que visa a **institucionalização**. Tem que haver sempre um programa, isto é, um consenso sobre o modo de programar os espíritos. (BOURDIEU, 2009, p.14) (grifos nossos)

Nesse sentido, a práxis produz um elo comum entre gerações que integram o mesmo mundo simbólico, ainda que apartadas no tempo e no espaço. Por isso, o caráter comunicável da experiência depende, sobretudo, da possibilidade de uma elaboração simbólica pelo discurso daquilo que foi vivido, preservando na narrativa a sabedoria prática, intersubjetiva e intergeracional – histórias contadas diante da fogueira, por exemplo. Estas narrativas, por sua vez, tem a potencialidade de criar vínculos de comunhão – daqueles que narram a experiência, e daqueles para quem se destina à narrativa, permitindo que se rompa o sistema binário opressor-oprimido/oprimido-opressor (“aderência ao opressor”):

O grande problema está em como os oprimidos, que **“hospedam” o opressor em si**, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. [...] Enquanto vivam a dualidade na qual **ser é parecer e parecer é parecer com opressor**, é impossível fazê-lo. (FREIRE, 1987, p. 32) (grifos nossos)

Torna-se oportuno rememorarmos a Economia Solidária das comunidades tradicionais, bem como a mutabilidade dos sujeitos, nas quais o indivíduo não é apenas “um” (numeral). Aqui, o “um” mais “um” não é necessariamente dois, nem um sujeito indeterminado (“alguém”), mas sim, *Um, nenhum e cem mil* (2015), nos termos do teatro de Luigi Pirandello: *Um* – cada pessoa com quem a personagem Moscarda interage tem uma percepção diferente dele, que, na verdade, é apenas um recorte da potencialidade na qual um ser humano pode possuir; *Nenhum* – soma de vetores que anulam uma síntese do que é o ser humano; *Cem Mil* – em cada interação apresenta um Moscarda nas diversas representações.

No mesmo sentido, o “ninguém” é uma categoria que não necessariamente anula a existência de um indivíduo, pelo contrário, gera a materialidade do outro, tal como na *Odisseia*, de Homero, que Ulisses, acuado na caverna, após cegar o Ciclope, afirma que o seu nome seria Ninguém, ao invés de Ulisses, e o Ciclope desesperado começa a chamar outros gigantes, afirmando que Ninguém estaria ali, e, após a chegada dos seus irmãos gigantes, pensaram que o Ciclope cego estava ensandecido: como “ninguém” estava ali?

Os modalizadores um/nenhum/ninguém/alguém se aproximam do pronome pessoal “eu” (indivíduo), afastando-se do “nós” (todos). Por exemplo, a tribo amazônica denominada

Amondawa, não apresenta estruturas linguísticas que relacionam tempo e espaço⁷, e, ao seu turno, o próprio indígena não se considera na categoria de índio, tal como afirma o Pós-Doutor em Literatura pela Universidade de São Carlos e autor de 52 livros, **Daniel Munduruku**: “**Eu não sou índio e não existem índios no Brasil**. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa”⁸ (grifos nossos).

Outrossim, no Estados do Amazonas e Rondônia, a tribo Pirahã não possui palavras para designar números, pois sequer o próprio conceito de número existe: "Se alguém chegava com três peixes, dois muito pequenos e um grande, o grupo se referia ao peixe grande com a palavra que eu julgava significar 'dois'. Para indicar os dois peixes pequenos, diziam uma palavra que eu achava significar 'um'"⁹.

Inclusive, o discurso que comumente se relaciona com a existência de um falante e ouvinte, no âmbito das Ilhas Salomão, tem-se a possibilidade de um discurso dos habitantes direcionados a uma árvore, para conseguir derrubá-la: “gritam impropérios para que as árvores sequem e morram aparece no filme indiano *Como Estrelas na Terra, Toda Criança é Especial*, baseado no livro *Tudo que Eu Devia Saber Aprendi no Jardim de Infância* (1986), de Robert Fulghum”¹⁰. Ainda, segundo os habitantes das Ilhas Salomão: “Com paus e pedras podemos partir ossos; mas com palavras matamos almas”¹¹.

Como dito anteriormente, o paradigma dominante é fruto da ciência moderna que impõe o padrão racionalista e positivista para construir um mundo aparentemente mais apto às necessidades humanas. Contudo, para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1989; 2001; 2006), o paradigma interpretativo moderno – fruto das revoluções industriais e a formação dos Estados-Nações – é desafiado diante do aumento da complexidade social. Por isso, cabe à ciência pós-moderna romper com o paradigma clássico. Essa, ao seu turno, baseia-se na superação das dicotomias natureza/sociedade, sujeito/objeto, proporcionando uma nova relação entre ciência e ética.

⁷ Vide: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110521_triboamazonia_tempo_pai. Acesso em: 31 de maio 2021.

⁸ Vide: <http://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/>. Acesso em: 31 de maio 2021.

⁹ Vide: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160126_tribo_sem_numeros_mv. Acesso em: 31 de maio de 2021.

¹⁰ Vide: https://super.abril.com.br/blog/oraculo/e-possivel-matar-plantas-gritando/+&cd=2&hl=pt_BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 31 de maio de 2021.

¹¹ Vide: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-inspirar/as-arvores-das-ilhas-salomao/>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

Segundo Edgar Morin, faz-se fundamental a ética antropométrica como um instrumento em prol da universalização do respeito ao outro e o desenvolvimento da solidariedade humana: “[...] impõe-se cada vez mais nos desenvolvimentos atuais da era planetária que não apenas colocaram os seres humanos em comunicação e em interdependência, mas, mais ainda, fizeram emergir uma comunidade de destino para a espécie humana” (MORIN, 2007, p.160-1).

Assim, torna-se possível a reflexão sobre os métodos de pesquisa utilizados, bem como a teoria empregada, a fim compreender o sistema de modo aberto às “politotalidades”. A humanidade considera que, por meio do uso correto da razão, torna-se possível elaborar soluções que inviabilizam o erro – fruto da utilização equivocada razão –, porém, a ciência pós-moderna rompe com o paradigma obsoleto “[...] enquanto prática social de **conhecimento**, uma tarefa que vai cumprindo em diálogo com o **mundo** e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a **nós**” (SANTOS, 1989, p.13) (grifos nossos). Não obstante, faz-se imprescindível a mudança de perspectiva para se atentar aos problemas da visão positivista e racional de mundo, pois ainda que existam regularidades nas relações sociais, as formas sociais se encontram desorganizadas. Assim, destaco dois pontos de suma importância, a seguir.

O primeiro deles, possivelmente o mais sensível, está calcado na “aparente” obsolescência das perspectivas humanas no estudo da sociedade pós-moderna: no período atual a sedução pela tecnologia dissemina o falso sentido de “integração” do homem com a informação propagada pelas mídias eletrônicas, criando identidades entre o real e o virtual, a vida e o simulacro, entre o usuário e os sistemas de informações; no entanto, não se estabelece a mediação subjetiva que é o liame fundamental para o estabelecimento de uma integração efetiva. Isso acaba por intensificar, a posição do *homo economicus*, que atua avaliando os bens materiais para salvaguardar os seus interesses individuais.

O segundo ponto de destaque trata-se do fomento de uma “resistência” humanista frente à redução de sentido que assola a sociedade atual. É interessante a tentativa de se buscar uma relativização fundamentada e consciente do universo social, político e jurídico. O relativismo é fulcral para o pensamento humano, porque permite a suspensão do juízo frente os costumes e práticas de outros povos com o escopo de compreender seus modos de vida e, sempre que possível, sem preconceitos (QUIJANO, 2005, p. 118- 119). Segue-se,

nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, que o modelo estritamente racional, desde 1980, já apresentava sinais de exaustão, sendo evidenciada a crise paradigmática:

[...] a **incompletude dos direitos humanos individuais** reside no fato de, com base neles, ser impossível fundar os laços e as solidariedades coletivas sem as quais nenhuma sociedade pode sobreviver, e muito menos prosperar. Exemplo disso é a dificuldade da concepção ocidental de direitos humanos em aceitar direitos coletivos de grupos sociais ou povos, sejam eles as **minorias étnicas, as mulheres, as crianças ou os povos indígenas**. Este é, de fato, um exemplo específico de uma dificuldade muito mais ampla: a dificuldade em definir a comunidade enquanto arena de solidariedades concretas, campo político dominando por uma **obrigação política horizontal**. Esta ideia de comunidade, central para Rousseau, foi varrida do pensamento liberal, que reduziu toda a complexidade social à dicotomia Estado/sociedade civil (SANTOS, 2001, p. 23) (grifos nossos).

No que tange à transição paradigmática, observa-se o declínio da visão mecanicista de mundo, ainda que essa mudança ocorra de maneira gradual, conforme a localidade e as influências culturais presentes. De fato estão sendo concentrados esforços para provocar essa passagem do *deve-ser* epistemológico para o ser. Nos termos da projeção de Santos, a ciência a ser construída nesse paradigma emergente seria direcionada pela matriz epistemológica provenientes das ciências sociais, o que não representa um retorno indireto da matriz físico-natural, pois ele associa essa função de reordenação às “novas” ciências sociais elaboradas em um contexto histórico-cultural que foi intitulado como “pós-modernidade” (SANTOS, 2006, p.25).

Desse modo, evidencia-se que todo conhecimento é local e total, simultaneamente, porque o que direciona a ação cognitiva não é a disciplina ou o método, mas sim os temas que se apresentam em toda a sua complexidade ao investigador, que, ao invés de reduzir a complexidade da realidade a ser estudada para fazer que com que caiba em seu método, deve lidar com a pluralidade de métodos, para reconstituir da melhor forma possível o objeto a ser conhecido.

A TRANSCEDÊNCIA: ARTE POR EXCELÊNCIA

A transcendência indica a extrapolação de limites existenciais postos – “ir além”: pela reflexão e/ou contemplação. A transcendência está presente no espaço social pelas diversas Artes – literária, econômica e da vida –, bem como no espaço da Natureza, porque no lugar (*eco*) constituído por diversos sistemas interligados (macrossistema) pelo fluxo *interssistêmico*, tem-se a constituição do *Ecomacrossistema*. À guisa de ilustração, elaboro a presente equação que representa o *Ecomacrossistema*. Vejamos:

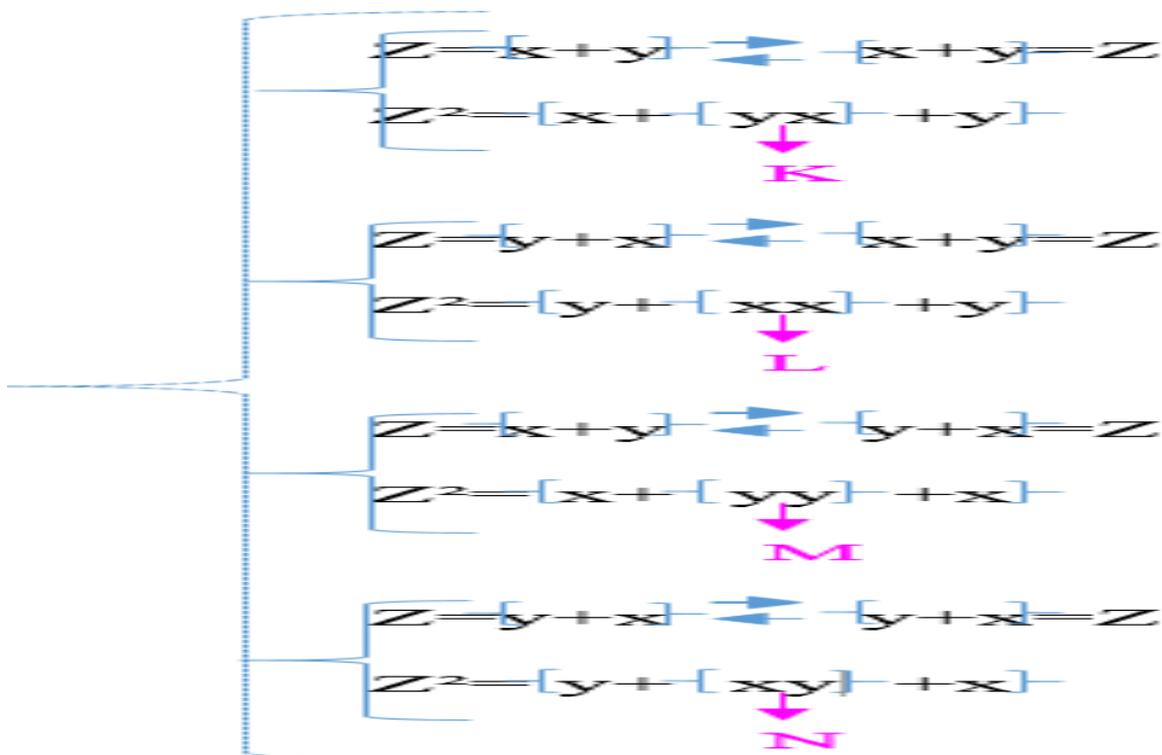


Figura 1 - Ecomacrossistema (equação) por Leonardo Alonso

Tem-se que Z^2 é o espaço-sobreposto presente num determinado território, tal como se tem no condomínio edilício a coexistência de andares sobrepostos, nos quais cada condômino convive com as suas famílias, na Natureza, tem uma relação direta com as diferentes camadas orgânicas do solo que coexistem com a fauna e a flora, bem como as diferentes relações que são travadas por atores sociais distintos, ora protagonistas (x), ora antagonistas (y).

Nessa arena de conflitos de interesses, a relação entre dois elementos distintos x e y possibilita o soerguimento de “um terceiro” (K, L, M e N). Como dito anteriormente, o *Ecomacrossistema* não se delimita por um território predeterminado composto por elementos protagonistas e antagonista que convivem harmonicamente de modo fechado às influências exteriores – tal como se depreende do conceito de sistema fechado propriamente da Física e da Matemática –, mas sim na coerência *interssistêmica* que modaliza um lugar compartilhado e transcendente – “ir além” –, tal como ocorre fluxo gênico dos Corredores Ecológicos, dos Corredores Isotópicos do discurso que apontam para algumas percepções da realidade que criam conflitos, desejos e expectativas para “desvendar” o mistério nas alternâncias do “desaparecimento/aparecimento” (BAKHTIN, 2013, p. 204), na *maiêutica* moderna que busca se libertar do “hospedeiro” opressor em latência (FREIRE, 1987, p. 32), bem como a Ancestralidade.

Como conciliar as diferenças culturais com determinadas diretrizes que emanam de “um” – *Um, nenhum, cem mil* – centro de poder? Diante disso, contemplamos um cenário preocupante, onde as diferenças são muitas vezes renegadas a um segundo plano, em prol de um desenvolvimento artificial de produtos e máquinas, como também das relações humanas.

Diversos projetos tiveram o condão de indicar a possibilidade da revolução humanística a partir da conjugação de esforços em favor de uma humanidade mais igualitária e justa, sobretudo, através da potencialidade das Artes – literária, econômica e da vida. Tais alicerces já não são mais uma faculdade, mais sim um imperativo ético fundamental para a manutenção da paz social e o “redescobrimento do Brasil”, através da valorização da cultura local, sem se olvidar das culturas exteriores, que deitam as raízes da identidade nacional, tornando-se oportuno no campo das artes literárias, por exemplo, a promoção da “brasileiridade” e a valorização dos recursos estilísticos e temas capazes de compor a cultura nacional.

Em outras palavras, a “escrita brasileirizada¹²”, perpassa por uma linguagem gramaticalmente reformada, e a sintaxe é reinventada a fim de se criarem ritmos sincopados dos falares dos brasileiros. Igualmente, a linguagem do fantástico são imprescindíveis para destacar os valores e os pactos sociais. Vê-se a recriação dos falares brasileiros da língua portuguesa, assim como pode ser observado pela linguagem onomatopáica, recuperando-se, ao seu turno, o estilo banto-africano de contar histórias e a Ancestralidade. Destarte, encontram-se associadas as linguagens do fantástico e do maravilhoso, através do mundo visível e invisível que estão em constante interligação no *Ecomacrossistema*, que, *per si*, apresenta aptidão para desconstituir a obliteração cultural e, ao seu turno, promover os Direitos Humanos.

As mudanças substanciais na noção de espaço e tempo, em decorrência da globalização, alteram as premissas históricas, agora insufladas por um acúmulo e o acesso mais simplificado de informações, e uma nova perspectiva nos métodos quantitativos, que, ao seu turno, consubstanciam em um processo de riscos e oportunidades, estruturado em razão da competição econômica e na acentuação da bipolarização social.

A literatura, junto com a arte econômica e da vida, pode ser a referência para a mudança de paradigmas em sala de aula, nos bairros, nas cidades, nos Estados, nas Nações, nos Continentes, no Planeta, no *Ecomacrossistema*, pois apresenta a potencialidade de servir como

¹² Vide: SANTOS, Leonardo Alonso. *A função social da literatura de resistência*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21537>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

um modelo apto a reconciliar a teoria e a prática, pela transcendência – “ir além”: reflexão e/ou contemplação. Desse modo, vê-se na Arte a práxis voltada a transcendência que permite o Educador Social – este atua no cenário onde as crianças e adolescentes se encontram em situação de vulnerabilidade –, a conhecer a si mesmo – reflexão e/ou contemplação – pelo processo de libertação e “cura do hospedeiro”, e, paralelamente, por um percurso dialógico e isotópico *ad infinitum* no trânsito do *Ecomacrossistema*. Enfim, compreende-se que o Educador Social deve reivindicar um processo constitucional inclusivo e participativo que integre a cidadania como um tema central de ampliação do direito de todos, promovendo, desse modo, a solidariedade e a promoção do engajamento cívico.

CONCLUSÃO

O grande problema na modernidade reside na interpretação que aleatoriamente constrói um significado, e priva de poder qualquer posicionamento contrário, sobretudo pela constituição de sistemas isolados, tanto no aspecto territorial, quanto no aspecto epistemológico. É esse modo de olhar que resulta a condição fundamental de afirmação da liberdade singular, tornando-se evidente aquilo que o indivíduo não é – ou raramente é –, só pode ser fornecido por uma interpretação da realidade que é consistente e, ao mesmo tempo, ilusória.

Entende-se que a experiência artística, especialmente a literária apresenta a potencialidade de rememorar um passado diverso em relação à historiografia, através da análise crítica do percurso do tempo cronológico permeado por uma teia discursiva das narrativas tradicionais e da poética dos oprimidos, que, de certa forma, desnaturaliza o curso de um progresso catastrófico, isto é, calcado basicamente no paradigma dominante clássico.

Não se olvide que o primeiro contato educacional se inicia no espaço doméstico-familiar e, posteriormente na escola. Por isso, vê-se que essas duas bases na formação dos sujeitos são indissociáveis à conciliação do discurso político-jurídico com a práxis, a fim de promover um espaço único da educação no fomento dos Direitos Humanos e na participação da comunidade política. A *maiêutica* moderna e dialógica, que direcionou o discurso e o percurso de Paulo Freire e Mikhail Bakhtin, pode ser representada, na Natureza-Ciência-Humanidade, pela imagem de um cavalo-marinho, que, mesmo sendo rotulado cientificamente como macho, apresenta a potencialidade da vida ao realizar o processo gestacional, integrando toda a complexidade do *Ecomacrossistema*.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Margareth Martins. *Pedagogia Social: diálogos com Crianças Trabalhadoras*. 1º ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2015 (Coleção Pedagogia Social v. 8)

ARENDT, H. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas) São Paulo: Editora 34, 2016.

_____, *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

_____, *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Universidade de Beira Interior: Covilhã, 2009.

BRASIL, *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente.

BRASIL, *Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Esplanada do Ministérios.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 21 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

_____, *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: Uma bibliografia*. Editora Cortez, São Paulo, 1996.

FROMM, Erich. *A arte de amar*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia Social*. 1 ed – São paulo: Corteza, 2014.

HOBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 10ª ed, 1989.

MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____, *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawya. São Paulo: Cortez; Brasília, D.F: UNESCO, 2000.

_____, *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Ed. 18. Rio de Janeiro: Bertrant, 2010.

_____, *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 7. Ed. Rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ONU. *Carta das Nações Unidas*, de São Francisco, 26 jun.1945.

PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. Tradução: Maurício Santana Dias, São Paulo: Cosac Naify, 4 ed., 2015.

QUIJANO, Aníbal. A América Latina Sobreviverá? *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.7, n.2, 1993, pp. 60-66.

_____, Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.

_____, Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*. v.17, n.37, 2012, pp. 04-28.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.

_____, *Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Revista Contexto Internacional*, n. 23, jan./jun., 2001. p.7-34.

_____, Boaventura de Sousa. *Introdução à uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Leonardo Alonso. O Estado Democrático de Direito e o Direito de Resistência. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim – UFF*, ano 10, nº 22, p. 146-150, 2014.

_____, O poder e a violência na poesia de Noémia de Sousa. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português, 2015. (Comunicação oral).

_____, Para um novo humanismo: Noémia de Sousa. Niterói: UFF, 2015. (Comunicação oral).

_____, Análise da identidade constituída na canção: “Eu só quero é ser feliz”. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim* – UFF, Niterói, ano 11, nº 25, v.e, 12-16, 2015.

_____, Lógica e argumentação: Cícero à luz da teoria da nova retórica. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim* – UFF, Niterói, ano 12, v.3, n.30, pp. 29-33, 2016.

_____, A literatura na formação de direitos humanos: um olhar crítico à luz da pedagogia social. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.1, n.1, pp. 1-27, 2016.

_____, A instância da linguagem em *O outro pé da sereia*. *Revista Scripta Alumni da Uniandrade*, PR, v.1, n.13, pp. 97-110, 2016.

_____, *Lógica e Argumentação: Catilinárias I e II, da Cícero à luz da Teoria da Nova Retórica*. Dissertação de conclusão de curso. Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Cultura, Língua e Literatura Latina. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

_____, *Pedagogia Social: A literatura na formação de Direitos Humanos*. Dissertação de conclusão de curso. Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Pedagogia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

_____, A realidade e o sonho em *O vendedor de passados*. *Revista Scripta Alumni da Uniandrade*, PR, v.1, n.15, pp. 1-12, 2016.

_____, A pedagogia social e a concretização dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim* – UFF, Niterói, ano 12, v.3, n.28, pp. 4-11, 2016.

_____, *Pedagogia Social: a literatura de resistência na formação dos direitos humanos*. Niterói: UFF, 2017. (Comunicação oral).

_____, *Pedagogia Social: a pedagogia da convivência*. Niterói: UFF, 2017. (Comunicação oral).

_____, *A poesia de combate em Noémia de Sousa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em estudos de literatura – área de literatura portuguesa e literaturas africanas de língua portuguesa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

_____, Os ritmos fraternos e a negritude em Noémia de Sousa. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim* – UFF, Niterói, ano 13, v.3, n.33, pp. 25-34, 2017.

_____, et al. A dissonância entre o dever objetivo de cuidado e as políticas públicas de saúde voltadas à educação escolar. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.5, n.1, 2017.

_____, et al. Automutilação – Prática de automutilação entre adolescentes se dissemina na internet e preocupa pais e escolas. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.4, n.2, 2017.

_____, Pedagogia Social e o ECA: reflexões acerca dos direitos de crianças, adolescentes e jovens no Estado Democrático de Direito. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.6, n.1, 2018.

_____, Pedagogia Social e o ECA: reflexões acerca dos direitos de crianças, adolescentes e jovens no Estado Democrático de Direito. Niterói: UFF, 2018. (Comunicação oral).

_____, A pedagogia social da convivência no Império Romano: o monitor no espaço do fórum. *Revista Querubim*. *In prelo* para publicação.

_____, *A função social da literatura de resistência*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21537>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

SEIFE, Charles. *Os Números (não) Mentem: Como a Matemática Pode Ser Usada Para Enganar*. Zahar, 2012.

SOBRAL, Adail. Estética da criação verbal. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: contexto, 2009. p. 167-187.